



RELATÓRIO ESPECIAL

Novo governo na Alemanha: chaves para a União Europeia

Madrid, dezembro 2013

d+i LLORENTE & CUENCA



1. INTRODUÇÃO

2. AS BASES DO NOVO GOVERNO

3. EUROPA: FORTALECIMENTO E ESTABILIDADE NA EUROPA - O FUTURO DA ALEMANHA

4. ALEMANHA

5. CONCLUSÃO

AUTORES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

A Alemanha tem um novo governo. Após quase 3 meses de espera, foi finalmente aprovada a formação de um governo de coligação entre a União Democrata-Cristã (CDU) da chanceler Angela Merkel, o seu aliado da Baviera (CSU) e o Partido Social-Democrata (SPD). Na tarde de sábado, os militantes do Partido Social-Democrata alemão (SPD) aprovaram numa consulta vinculativa a formação de um governo com a CDU. Angela Merkel foi investida no cargo de chanceler no dia 17 de dezembro. Dos perto de 475000 filiados do SPD, mais de 369000 participaram no processo —o que eleva a participação nesta iniciativa inédita a 77%— e destes, perto de 75,9% votaram "sim" à formação de um governo de coligação com a União Democrata-Cristã (CDU) de Merkel e a bávara União Social-Cristã (CSU).

O grande vencedor deste processo pós-eleitoral é Sigmar Gabriel, presidente do SPD, que o dirigiu, sendo capaz de motivar os seus filiados e de devolver a ilusão a um partido que, recordemos, tinha saído derrotado das eleições, não sendo capaz de conseguir captar mais de 26% do eleitorado. Os resultados eleitorais das eleições, realizadas no dia 22 de setembro, deram a Angela Merkel uma esmagadora maioria, apesar de tudo insuficiente para formar governo. O fracasso dos liberais da FDP, o seu aliado na anterior legislatura, que ficaram fora do Bundestag, obrigou Merkel a negociar com o SPD para formar governo. A maioria dos alemães desejavam uma grande coligação, tal como indicam as sondagens, o que animou Angela Merkel a abrir as negociações com o SPD.

Ficou assim aberto o caminho para a formação de um governo de grande coligação pela terceira vez na história recente da Alemanha e a segunda encabeçada por Merkel.

“A base deste novo governo é o contrato de coligação assinado pelos três partidos, o Koalitionsvertrag ou GroKo, como o batizaram os alemães”

2. AS BASES DO NOVO GOVERNO

Depois de assinar, na sede parlamentar, o acordo de coligação pelos presidentes dos três partidos da coligação, tem lugar a investidura de Angela Merkel no Bundestag, e o juramento dos cargos perante o presidente alemão, Joachim Gauck.

O gabinete anunciado atribui seis pastas ministeriais ao SPD, cinco (além da de chanceler) à CDU e permitirá à CSU ocupar três ministérios.

CDU

- Chancelaria e Ministério da Presidência
- Interior
- Finanças
- Defesa
- Saúde
- Educação, Ciência e Tecnologia

SPD

- Ministério da Economia e da Energia
- Assuntos Externos
- Justiça e Proteção do Consumidor
- Trabalho e Segurança Social
- Meio Ambiente e Habitação
- Família, Aposentação, Mulher e Juventude

CSU

- Transportes e Infra-estruturas digitais
- Agricultura e Alimentação
- Cooperação

A base deste novo governo é o contrato de coligação assinado pelos três partidos, o Koalitionsvertrag ou GroKo, como o batizaram os alemães, que foi escolhida como a palavra do ano na Alemanha.

Sob o título “**Deutschland’s Zukunft gestalten**” (em português, “**Construir o futuro da Alemanha**”) apresenta-se num documento de 185 páginas o que deverão ser as linhas mestras da política do novo governo.

O contrato de coligação assenta em 8 pontos fundamentais.

1. Crescimento, inovação e prosperidade
2. Pleno emprego, trabalho estável e segurança social
3. Finanças consolidadas
4. Coesão social
5. Estado moderno, segurança interior e direitos civis
6. Uma Europa forte
7. Responsabilidade perante o mundo
8. Atribuições e funcionamento da coligação

“As prioridades do novo governo alemão centram-se no desenvolvimento da sua política interior, deixando em segundo plano a política europeia e internacional”

Neste relatório resumem-se os temas mais relevantes e com maior impacto para o futuro da Alemanha e da Europa.

Procuraremos aproximar o leitor dos desafios com que a Alemanha se depara para a próxima legislatura, através de dois blocos:

1. Europa
2. Alemanha

Começaremos, no entanto, pelos enunciados recolhidos no **preâmbulo**, que refletem claramente o espírito do acordo e estabelecem as prioridades do novo governo.

Sublinha-se em todo o momento o compromisso da coligação com a manutenção dos níveis de prosperidade alcançados na Alemanha do século XXI através dos seguintes enunciados, que se podem ler quase como o credo do novo governo:

- Travar o endividamento e estabilização da proporção dívida/PIB
- Melhoria da competitividade e incremento dos investimentos
- Regulação dos mercados financeiros: proteção dos contribuintes e dos aforradores
- Salário mínimo como ferramenta para evitar abusos em matéria de contratação laboral

- Igualdade de oportunidades através da educação
- Infra-estruturas como vantagem competitiva da Alemanha: fortalecimento através do investimento
- Transição energética - fortalecimento da implantação
- Cobertura de banda larga a nível nacional e desenvolvimento dos acessos WiFi
- Evitar a pobreza na velhice
- Fortalecimento das autoridades territoriais: o futuro das relações financeiras entre o estado e os “Länder”
- Coesão social e fortalecimento dos direitos civis
- Luta contra a criminalidade e garantir a segurança
- Fortalecer e dar estabilidade à Europa - o futuro da Alemanha
- Assumir a responsabilidade no mundo pela paz e pelos direitos humanos
- Construir o futuro da Alemanha

Uma rápida análise destes 15 pontos deixa claro que as prioridades do novo governo alemão centram-se no desenvolvimento da sua política interior, deixando em segundo plano a política europeia e internacional. Veremos agora nestes dois capítulos quais são as perspetivas fundamentais.

“Como Estado membro, a Alemanha ratifica o seu compromisso com a estabilidade na Europa e a sua responsabilidade no processo de integração europeia”

3. EUROPA: FORTALECIMENTO E ESTABILIDADE NA EUROPA - O FUTURO DA ALEMANHA

O acordo de coligação deixa claro o compromisso da Alemanha com a Europa e com o Euro. Ao longo dos últimos anos, várias vozes reclamavam um maior protagonismo e liderança da Alemanha. Agora, pela primeira vez, um governo alemão sublinha no seu mapa de trabalho a responsabilidade da Alemanha como motor da Europa.

Como Estado membro, a Alemanha ratifica o seu compromisso com a estabilidade na Europa e a sua responsabilidade no processo de integração europeia. O novo Governo alemão ratifica a necessidade de cortar as dívidas nacionais e aprovar reformas para ganhar competitividade, e reconhece a necessidade de mudar essa política com investimentos sustentáveis. A coligação entende que, para sair da crise, são necessárias políticas que combinem reformas estruturais que assegurem uma maior competitividade e uma rigorosa consolidação fiscal, apostando em novos investimentos.

No entanto, o texto aprovado levanta numerosas dúvidas quanto ao caminho a percorrer e ao timing previsto. Na realidade, confirmam-se as posturas mantidas pelo anterior governo em matéria de política europeia. As reservas surgem sobretudo no que se refere às medidas para

fazer face à crise. Mantém-se a exigência de continuar com as medidas de austeridade. Sublinha-se a dependência da dívida bancária e da dívida pública dos Estados membros, e mantém-se a responsabilidade para a sua resolução em cada um dos estados. O modelo alemão —competitividade através de uma débil procura interna— Europeiza-se. Para alguns críticos a grande coligação põe em perigo o futuro da união monetária. Sente-se a falta de propostas que incentivem o crescimento e as políticas de emprego.

Também não se aborda o problema da dívida nem as soluções para que os países periféricos consigam reunir os fundos adicionais necessários para saldar as suas antigas dívidas e para travar o seu défice orçamental.

Aposta-se na criação de uma autoridade de controlo para os grandes bancos, e pela introdução de um imposto sobre as transações bancárias, adaptado ao seu tamanho e relevância. Até então mantém-se a responsabilidade a nível nacional. Ficou acordado também que os contribuintes estarão protegidos em caso de falência bancária —ao menos para os depósitos de até 100.000 €—. Os grandes bancos estarão apoiados pelo BCE, ficando isentos deste controlo os bancos locais e regionais. O governo alemão mantém assim a sua estratégia de deixar as caixas de poupança alemãs fora do controlo da autoridade bancária.

“O salário mínimo interprofissional de 8,5 euros por hora que exigia o SPD será aprovado por lei em 2015, embora os agentes sociais possam acordar um período de transição de dois anos”

Não há mudanças quanto ao tema da mutualização da dívida: o governo alemão mantém a sua posição de manter a responsabilidade orçamental em cada país, tornando-o incompatível com o assumir riscos a nível intracomunitário.

Quanto à regularização dos mercados financeiros, impulsionar-se-á a criação de regras mais estritas de regulação bancária. "Nenhum mercado, produto e ator financeiro sem supervisão", diz o acordo.

4. ALEMANHA

São muitos os pontos contemplados no acordo de coligação. Mencionamos aqui os mais relevantes:

Energia: Manutenção da meta do abandono da energia nuclear para 2022. As energias renováveis deverão representar entre 55 e 60 por cento do total em 2030.

Trabalho: O salário mínimo interprofissional de 8,5 euros por hora que exigia o SPD será aprovado por lei em 2015, embora os agentes sociais possam acordar um período de transição de dois anos. Este foi um dos eixos principais na negociação do contrato de coligação entre SPD, CDU e CSU. Sem uma perspectiva clara das possibilidades da sua implementação a nível federal, não se teria alcançado um acordo. Atendendo as exigências das associações empresariais, que advertem sobre os perigos

que esta decisão implica no que respeita à competitividade de determinados setores e a possível perda de emprego, ficou acordada a criação de uma comissão de vigilância, com capacidade para atuar como autoridade reguladora. A comissão será formada por associações de empresários e sindicatos e procederá à revisão deste novo sistema em meados de 2017.

Pensões de reforma: Melhoria das pensões de reforma para as mães de filhos nascidos antes de 1992 e flexibilização da reforma aos 67 anos para que os trabalhadores com 45 anos cotizados se possam reformar aos 63.

Introdução em 2017 de uma "pensão mínima de solidariedade" de 850 euros mensais.

Introdução de uma pensão para mães que tenham tido filhos antes de 1992, a denominada "Mütterrente".

Política fiscal: Sublinha-se o compromisso de manter o rumo da consolidação orçamental, sem recorrer ao aumento de impostos. Não haverá nova dívida a partir de 2015.

Infra-estruturas: Aumento dos investimentos em infra-estrutura de transportes e em educação e ciência.

Aprovação em 2014 de uma portagem nas auto-estradas alemãs para automobilistas estrangeiros, reivindicação da CSU que deverá respeitar

“As vozes mais críticas consideram que a Alemanha corre o perigo de voltar à época pré-Schröder”

o direito europeu e não representar uma carga adicional para os condutores alemães.

Dupla nacionalidade: Os filhos de imigrantes nascidos na Alemanha poderão manter tanto a nacionalidade alemã como a dos seus pais, como reclamava o SPD. Atualmente eram obrigados a optar por uma nacionalidade antes dos 23 anos.

5. CONCLUSÃO

O acordo de coligação deixa claro que os desafios a que deve fazer frente o novo governo alemão são vários e de uma grande complexidade.

As vozes mais críticas consideram que a Alemanha corre o perigo de voltar à época pré-Schröder. As políticas anunciadas podem pôr em risco a competitividade das empresas alemãs, e conseqüentemente milhares de postos de trabalho. O acordo de coligação centra-se demasiado na redistribuição da riqueza e não em criá-la. Do ponto de vista puramente económico, asseguram, a Alemanha não necessita de mais impostos, nem de um salário mínimo interprofissional, nem de uma idade de reforma antecipada, nem de um maior estímulo fiscal para o desenvolvimento de infra-

estruturas. Parecem sobretudo medidas de carácter político-social, que não têm em conta os riscos que implicam, tendo em conta a viragem da pirâmide geracional, um facto que por si mesmo fará a Alemanha perder competitividade nos próximos anos.

Para os seus aliados europeus, o acordo de coligação coloca muitas interrogações sobre a orientação do governo alemão. Embora seja certo que a maioria de que dispõe o novo governo alemão lhe permitiria, caso se acentue a crise, tomar medidas que inclusive tornariam possível uma reforma constitucional, a mensagem da grande coligação aos seus parceiros europeus é que a Europa e o Euro não são uma prioridade.

Os problemas que cada um dos países enfrenta são problemas de índole doméstica, e a Alemanha não atuará se não for absolutamente necessário.

Como sublinhava o presidente do governo espanhol numa entrevista a um diário alemão na semana passada: “O que mais me preocupa é que a Alemanha tenha claro para onde vamos”. Os próximos meses servirão para eliminar as dúvidas, e dir-nos-ão qual é o caminho escolhido.

AUTORES



Germán Luis Buceta é o Presidente da Associação Friends of Spain in Germany, uma iniciativa criada em 2013 com o objetivo de aumentar o interesse e de melhorar o conhecimento dos alemães sobre a realidade de Espanha. Germán desenvolveu grande parte da sua carreira profissional ocupando postos diretivos em empresas do setor da comunicação, tanto na Alemanha como em Espanha. Licenciado em Direito pela Universidade CEU San Pablo, trabalha atualmente em Berlim, Hamburgo e Madrid como consultor independente em assuntos públicos e comunicação estratégica. Germán Luis Buceta é também Associated Partner em Bohnen-Kall morgen&Partner.

glbuceta@friendsofspain.de

LLORENTE & CUENCA



Joan Navarro é Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos de LLORENTE & CUENCA Espanha. É licenciado em Sociologia e PDG pelo IESE. Foi Diretor e Porta-voz da Associação de Criadores e Indústrias de Conteúdos Audiovisuais, e ocupou diversos cargos na Administração Pública, entre eles o de Diretor do Gabinete do Ministro da Administração Pública (2004-2006) e de Diretor de Relações Institucionais da Sociedade Estatal Aguas de las Cuencas Mediterráneas (2006-2008). Desenvolve atividade docente em centros como o INAP, o Instituto Ortega y Gasset e a Universidade Camilo José Cela.

jnavarro@llorenteycuenca.com

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **quinze sócios** e **300 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol e português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela**

Sua presença internacional ter levado LLORENTE & CUENCA a posiciona-se em 2011 e 2010 entre uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo, segundo o Ranking anual elaborado por The Holmes Report. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com


Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975


ÁSIA


Beijing


Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com


2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338


 Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>


 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

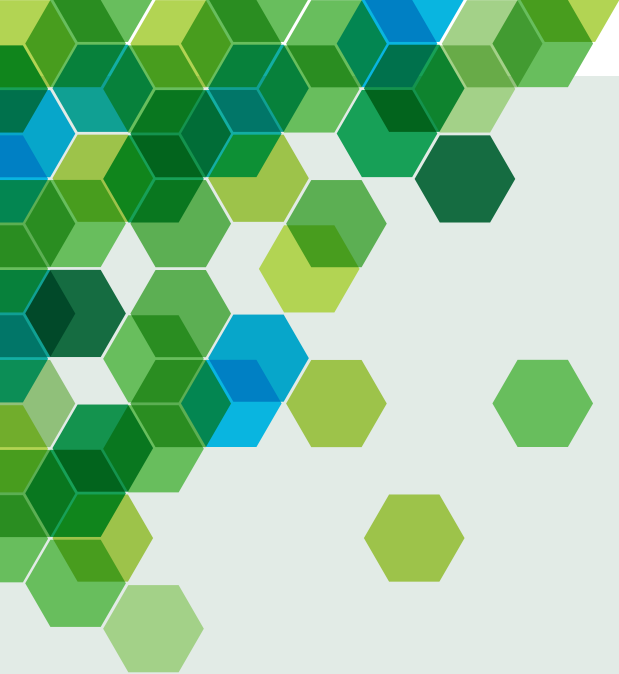
 Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-y-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA